



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ESTRATÉGICA
ESCRITÓRIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS



Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica

2. DECLARAÇÃO DE ESCOPO

Recebido em 04/08/17

PROJETO: 7ª ETAPA DO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA E INTEGRADA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO EM ALAGOAS

Gerente do Projeto	Thaísa Ellane de Jesus Cavalcante Lamenha – Analista do Ministério Público de Alagoas				
Responsável pelo Estratégico	Objetivo	Alberto Fonseca – Promotor de Justiça - 4ª Promotoria de Justiça da Capital			
Data	04/08/2017	Versão	1	Código do Projeto	03/2017

I - Equipe do projeto

Nome	Lotação	Telefone/E-mail
Dr. Alberto Fonseca	Titular da 4ª Promotoria de Justiça da Capital	(82)99999-9834/ albertofonseca@maceio.com.br
Dra. Lavinia Fragoso	Titular da 5ª Promotoria de Justiça da Capital	(82)99331-0347/ lavinia.fragoso@hotmail.com
Thaísa Ellane de Jesus Cavalcante Lamenha	5ª Promotoria de Justiça da Capital	(82)99113-4565/ tha.ellane@hotmail.com
Márcio Antônio Gomes Reis Júnior	4ª Promotoria de Justiça da Capital	(82)99137-7508 marcio.reis@mpal.mp.br

II – Descrição do projeto

1. **Produto:** Relatório final com a compilação das atividades desenvolvidas durante a execução do projeto, dados e fotos, bem como de recomendações para melhor elaboração das próximas etapas e seus respectivos projetos.

2. **Investimento:** R\$ 44.268,60

3. **Prazo:** 06 (seis) meses

III - Objetivos do projeto

Objetivo geral

Contribuir para o processo de revitalização da Bacia do Rio São Francisco em Alagoas, a partir de



um olhar interdisciplinar, buscando a proteção do meio ambiente natural, cultural e do trabalho, bem como a melhoria da qualidade de vida das populações da Bacia, através do uso sustentável de seus recursos naturais. Além disso, efetivar o poder fiscalizador de cada cooperado no âmbito de suas atribuições específicas, ampliando a potencialidade de sua atuação a partir de ações integradas de fiscalização nos empreendimentos e atividades impactantes naquela área.

Objetivos específicos

1. Definir a logística da operação, inclusive os municípios que serão objeto de fiscalização;
2. Levantar dados referentes às principais atividades impactantes na região;
3. Realizar fiscalização integrada nos alvos previamente selecionados, bem como nos que forem denunciados durante a operação, com adoção, pelos órgãos cooperados, das medidas administrativas cabíveis, primando pela disseminação da educação ambiental;
4. Elaboração e apresentação dos relatórios pelas equipes, os quais demonstrarão a situação encontrada em cada alvo durante as fiscalizações;
5. Realizar audiência pública ao final da operação, com o intuito de informar à população local e aos gestores públicos acerca das irregularidades encontradas e adequações a serem observadas;
6. Remessa dos relatórios das equipes para o Procurador-Geral de Justiça, a fim de que sejam encaminhados aos Promotores competentes para adoção das providências cabíveis;
7. Apresentar relatório final das ações realizadas.

IV - Justificativa

O presente projeto viabilizou a realização da 7ª Etapa do Programa de Fiscalização Preventiva Integrada na Bacia do Rio São Francisco em Alagoas (FPI/SF), que ocorreu no período de 14 a 26 de maio de 2017, nos municípios alagoanos da Bacia do Baixo São Francisco, quais sejam: Arapiraca, Craibas, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Junqueiro.

Os integrantes dos órgãos envolvidos foram divididos por temáticas e separados por equipes específicas, a depender da especialidade de cada membro. Cada equipe fiscalizou alvos previamente selecionados pelo Grupo Operacional ou outros que surgiram no decorrer das atividades através das denúncias formuladas pela sociedade. No último dia, foi realizada Audiência Pública para apresentação à comunidade interessada dos resultados alcançados no período.

Esta etapa representa a continuação de aludido Programa, já instituído no âmbito deste Ministério Público, através do Ato PGJ nº 13/2012, cuja finalidade é contribuir para o processo de revitalização da Bacia do Rio São Francisco em Alagoas, a partir de um olhar interdisciplinar, buscando a proteção do meio ambiente natural, cultural e do trabalho, através do uso sustentável de seus recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações da Bacia, por intermédio da efetivação do poder fiscalizador de cada cooperado no âmbito de suas atribuições específicas, ampliando a potencialidade de sua atuação a partir de ações integradas de fiscalização nos empreendimentos e atividades impactantes naquela área.

V – EAP

Em anexo.

VI – Restrições do projeto

- Reduzido número de técnicos participantes ante a complexidade das ações a serem desenvolvidas, inclusive no que se refere à quantidade excessiva de alvos que precisam ser fiscalizados pela prática de infração ambiental;

- Prazo exíguo previsto para a execução do projeto, haja vista a necessidade de diversas reuniões e etapas para o planejamento e conclusão das ações, bem como, a análise e encaminhamento dos relatórios e confecção do relatório final;
- Não disponibilização dos recursos financeiros suficientes à execução das ações, em conformidade com suas reais necessidades;
- Atraso na entrega dos relatórios por parte das equipes de fiscalização.

VII - Premissas

- Apoio dos Promotores de Justiça Naturais dos Municípios em que haverá atuação da FPI São Francisco;
- Apoio de setores da Procuradoria-Geral de Justiça, entre eles o Escritório de Projetos, a Assessoria de Comunicação, o Setor de Transporte e o Almoxarifado;
- Disponibilização do Auditório da Procuradoria e da sala do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente para a realização das reuniões dos Grupos Coletivo e Operacional;
- Disponibilização de recursos financeiros e materiais para o desenvolvimento do projeto.

VIII – Exclusões específicas

- A instauração de procedimentos investigativos em razão das constatações descritas nos relatórios decorrentes das fiscalizações deverá ser efetivada pelos Promotores Naturais competentes, bem como pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal, no caso de infração ambiental dentro da área de atuação de cada um deles.

IX – Plano de Trabalho do projeto – objetivos específicos/ações/cronograma/responsáveis/custos

Documento anexo (Plano de Trabalho)



X – Entregas do projeto

- Termo de Abertura do Projeto – TAP (entrega de gerenciamento);
- Declaração de Escopo – DE (entrega de gerenciamento);
- Reuniões dos Grupos Operacional e Coletivo (entrega do projeto);
- Atas de reuniões (entrega de gerenciamento);
- Operações de fiscalização nos municípios (entrega do projeto);
- Relatórios da situação do projeto (entrega de gerenciamento);
- Ata da Audiência Pública (entrega do projeto);
- Relatórios das equipes de fiscalização (entrega do projeto);
- Reunião de avaliação final (entrega do projeto);
- Relatório final das operações e resultados alcançados (produto final do projeto).

XI - Orçamento do projeto	
Categories	Valor estimado (R\$)
Gratificação para projetos	
Promotores (02) – 5% do subsídio	R\$ 16.454,40 (total por seis meses)
Gerente do projeto (01) – 10% do subsídio	R\$ 2.986,86 (total por seis meses)
Integrante da equipe do projeto (01) – 5% do subsídio	R\$ 1.493,40 (total por seis meses)
<i>Total/Gratificações</i>	R\$ 20.934,66
Diárias	
<i>Equipe do Projeto:</i>	
Promotores (02) - 13 diárias	R\$ 12.963,86
Servidores (02) - 13 diárias – Com fulcro no artigo 5º, § único, do Ato PGJ 06/2011.	R\$ 10.370,08
<i>Total/Diárias</i>	R\$ 23.333,94
Total Inicial	R\$ 44.268,60

XII – GERENCIAMENTO DAS COMUNICAÇÕES

1. Descrição do processo de comunicação:

Os Grupos Operacional e Coletivo da FPI São Francisco se reunirão periodicamente, conforme cronograma ou sempre que necessário, para deliberação do plano de ação da operação, momento em que definirão os municípios alagoanos onde a mesma ocorrerá, os alvos que serão fiscalizados, a divisão das equipes, bem como toda a logística para a realização do evento.

A cada reunião será elaborada uma ata, a cargo da Gerente do Projeto, a qual será encaminhada, via e-mail, para análise e aprovação de todos os presentes, e posteriormente arquivada no respectivo processo da FPI São Francisco.

Frequentemente, os integrantes de ambos os Grupos se comunicarão via e-mail ou através de grupo de discussão pelo *watsapp* para troca de informações.

Durante a realização da operação haverá a participação do Setor de Comunicação do MP/AL, acompanhando algumas das equipes de fiscalização, de modo a compilar informações para a divulgação nos meios de comunicação das ações que forem realizadas.

A Gerente do Projeto se reunirá com a Equipe de Trabalho independentemente das reuniões dos Grupos Coletivo e Operacional.

2. Eventos de comunicação:

Evento 1

1. Evento: Reuniões do Grupo Coletivo, entre os órgãos parceiro do Programa FPI São Francisco;
2. Objetivo: Definir as disposições gerais da Operação;
3. Periodicidade: Mensal ou sempre que necessário;
4. Responsável: Equipe de Trabalho;
5. Metodologia: Reunião presencial no Auditório do prédio sede do MP/AL, com registro em ata a cargo da Gerente do Projeto.

Evento 2:

1. Evento: Reuniões do Grupo Operacional, entre os responsáveis pelos órgãos integrantes do Programa FPI São Francisco;
2. Objetivo: Definir os municípios que serão abrangidos, os alvos que serão visitados, dividir as equipes de fiscalização, bem como deliberar sobre toda a logística da operação, a fim de repassar para aprovação do Grupo Coletivo;
3. Periodicidade: Quinzenal ou sempre que necessário;
4. Responsável: Equipe de Trabalho;
5. Metodologia: Reunião presencial no Auditório do prédio sede do MP/AL ou na sala do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente, com registro em ata a cargo da Gerente do Projeto.

Evento 3

1. Evento: Reuniões entre os integrantes da Equipe de Trabalho;
2. Objetivo: Acompanhar o andamento do projeto;
3. Periodicidade: Mensal;
4. Responsável: Equipe de Trabalho;
5. Metodologia: Reuniões presenciais na sala do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente.

Evento 4

1. Evento: Reunião com os Promotores de Justiça das Comarcas dos municípios em que acontecerá a respectiva etapa da FPI São Francisco;
2. Objetivo: Apresentação dos objetivos do Programa, bem como das ações que acontecerão durante a Operação, e solicitação de apoio;
3. Periodicidade: Evento único;
4. Responsável (is): Promotores de Justiça integrantes da Equipe de Trabalho;
5. Metodologia: Reunião presencial com os referidos Promotores de Justiça, na sala do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente ou nas Promotorias das Comarcas (a definir).

Evento 5

1. Evento: Operação da FPI São Francisco;
2. Objetivo: Fiscalização nos alvos selecionados durante as reuniões, no que se refere à degradação do meio ambiente, com registro em relatório;
3. Periodicidade: período da operação (de 14 a 26 de maio de 2017);
4. Responsável (is): Órgãos cooperados da FPI São Francisco;
5. Metodologia: Fiscalização, pelas equipes compostas por representantes de cada órgão participante, com adoção das providências cabíveis dentro da área de atuação de cada um deles.

Evento 6

1. Evento: Audiência Pública;
2. Objetivo: Apresentação, pelos integrantes das equipes da FPI São Francisco, aos Gestores Públicos, representantes da Sociedade Civil, Organizações Sociais da região e população em geral, do resultado final dos dias de fiscalização, através de vídeos, fotos e documentos, e abertura de espaço para manifestação da opinião pública sobre os problemas vivenciados quanto à agressão ao meio ambiente;
3. Periodicidade: Evento único, dia 26/05/2017;
4. Responsável (is): Equipe de Trabalho;
5. Metodologia: Audiência Pública com registro em ata.

Evento 7

1. Evento: Encaminhamento dos relatórios confeccionados pelas equipes de fiscalização durante a Operação, sobre as constatações de dano ambiental quando da visitação aos alvos;
2. Objetivo: Fundamentar a instauração de procedimento investigativo pelos Promotores Naturais, MPT e MPF, acerca das informações constantes nos relatórios de fiscalização;
3. Periodicidade: Evento único;
4. Responsável (is): Promotores de Justiça integrantes da Equipe de Trabalho;
5. Metodologia: Remessa, através de ofício, dos relatórios ao Procurador-Geral, para posterior remessa aos Promotores competentes.

Evento 8

1. Evento: Relatório de encerramento do projeto;
2. Objetivo: Apresentar ao Escritório de Projetos do MP/AL as ações desenvolvidas durante a Operação e resultados alcançados, bem como do desenvolvimento do projeto como um todo;
3. Periodicidade: Evento único;
4. Responsável (is): Gerente do Projeto;
5. Metodologia: Confeção de relatório contendo dados e fotos da operação.

XIII-GERENCIAMENTO DE RISCOS

1. Riscos identificados e etapa/atividade a que correspondem:

A) Resistência de alguns Gestores Públicos dos municípios fiscalizados e de parte da população local em apoiar a realização da fiscalização;	Etapa 2 - Execução
B) Restrição orçamentária de alguns órgãos cooperados, no que se refere à liberação de diárias e combustível para custeio da participação de seus técnicos em número suficiente para atender à demanda;	Etapa 2 - Execução
C) Dificuldade de desenvolvimento do trabalho previsto dentro do prazo definido;	Etapa 1 – Gerenciamento do Projeto
D) Limitação da disponibilização de materiais necessários para desenvolvimento da operação, conforme as reais necessidades;	Etapa 1 – Gerenciamento do Projeto
E) Atraso na entrega dos relatórios por parte das equipes de fiscalização.	Etapa 2 - Execução

2. Respostas planejadas aos riscos:

Etapa do projeto	Risco	Probabilidade	Gravidade	Resposta	Descrição da resposta	Custo	Com o tempo
		Alta, Média ou baixa	1,2,3				Agrava, atenua etc.
2	A	Alta	3	Divulgação e	Apresentar os objetivos do		Atenua

				esclarecimen- tos;	Programa através dos meios de comunicação, de modo a atingir maior número de pessoas. Disseminação da educação ambiental.		
2	B	Alta	3	Previsão orçamentária	Solicitar previamente aos órgãos envolvidos o custeio das despesas, tão logo se defina a data de realização da operação.		Atenua
1	C	Média	2	Maiores prazos	Estabelecer dilação dos prazos para desenvolvimento do projeto.		Atenua
1	D	Média	2	Previsão de recursos para o Projeto	Possibilitar a disponibilização do material necessário, através da liberação de recursos com a antecedência necessária.	Conforme o TAP	Atenua
2	E	Alta	3	Entrega durante a operação	Dar suporte às equipes de fiscalização para a confecção e entregas dos relatórios ao final da operação.		Atenua

REGISTRO DE ALTERAÇÕES

Data	Modificado por	Descrição da mudança





MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ESTRATÉGICA
ESCRITÓRIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS



ANEXO

DETALHAMENTO DO ITEM IX – PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO DO PROJETO		
OBJETIVO GERAL: Contribuir para o processo de revitalização da Bacia do Rio São Francisco em Alagoas, a partir de um olhar interdisciplinar, buscando a proteção do meio ambiente natural, cultural e do trabalho, bem como a melhoria da qualidade de vida das populações da Bacia através do uso sustentável de seus recursos naturais. Além disso, efetivar o poder fiscalizador de cada cooperado no âmbito de suas atribuições específicas, ampliando a potencialidade de sua atuação a partir de ações integradas de fiscalização nos empreendimentos e atividades impactantes naquela área.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	N. ações	Custo em R\$
Objetivo Específico 1 - Definir a logística da operação, inclusive os municípios que serão objeto de fiscalização;	6 ou mais reuniões dos Grupos Coletivo e Operacional, a depender da necessidade.	
Objetivo Específico 2 - Levantar dados referentes às principais atividades impactantes na região;	3 (visitas <i>in loco</i>)	
Objetivo Específico 3 - Realizar fiscalização integrada nos alvos previamente selecionados, bem como nos que forem denunciados durante a operação, com adoção, pelos órgãos cooperados, das medidas administrativas cabíveis, primando pela disseminação da educação ambiental;	A depender da quantidade de alvos.	R\$ 44.268,60 (para o MP/AL, conforme orçamento previsto no TAP.
Objetivo Específico 4 - Elaboração e apresentação dos relatórios pelas equipes, os quais demonstrarão a situação encontrada em cada alvo durante as fiscalizações;	2	
Objetivo Específico 5 - Realizar audiência pública ao final da operação, com o intuito de informar à população local e aos gestores públicos acerca das irregularidades encontradas e adequações a serem observadas;	3 (definição de local, divulgação e efetivação)	

Objetivo Específico 6 - Remessa dos relatórios das equipes para o Procurador-Geral de Justiça, a fim de que sejam encaminhados aos Promotores competentes para adoção das providências cabíveis;	3 (Análise dos relatórios, divisão por comarca competente, encaminhamento)	
Objetivo Específico 7 - Apresentar relatório final das ações realizadas.	2	
TOTAL	20, em média	R\$ 44.268,60

DETALHAMENTO

PROJETO: 7ª ETAPA DO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA E INTEGRADA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO EM ALAGOAS						
Objetivo Específico 1 - Definir a logística da operação, inclusive os municípios que serão objeto de fiscalização;						
Nº	Ações	Início	Término	Responsável (is)	Produto	Custo em RS
1.1	Reuniões dos Grupos Coletivo e Operacional	Fev/2017	Mar/2017	Equipe do Projeto	Escolha dos municípios	
					Total	

Objetivo Específico 2 - Levantar dados referentes às principais atividades impactantes na região;						
Nº	Ações	Início	Término	Responsável (is)	Produto	Custo em RS
2.1	Reuniões dos Grupos Coletivo e Operacional;	Fev/2017	Mar/2017	Equipe do Projeto	Apresentação dos alvos	
2.2	Definição, por cada órgão cooperado dentro da sua área de atuação, dos alvos potencialmente poluidores nos municípios escolhidos;	Fev/2017	Mar/2017	Órgãos cooperados	Apresentação dos alvos	
2.3	Visita <i>in loco</i> para levantamento de alvos.	Fev/2017	Mar/2017	Alguns órgãos cooperados	Definição de alvos potenciais	
					Total	

Objetivo Específico 3 - Realizar fiscalização integrada nos alvos previamente selecionados, bem como nos que forem denunciados durante a operação, com adoção, pelos órgãos cooperados, das medidas administrativas cabíveis, primando pela disseminação da educação ambiental						
Nº	Ações	Início	Término	Responsável (is)	Produto	Custo em RS

3.1	Requerimento de diárias para custeio do deslocamento dos servidores do MP/AL durante a operação de fiscalização;	Mar/17	Mar/17	Equipe do Projeto	Estadia no município sede da operação	R\$ 23.333,94
3.2	Visitas aos alvos;	Maio/17	Maio/17	Equipes de fiscalização	Fiscalização	
3.3	Educação ambiental, a fim de inculcar na população a cultura da preservação ambiental para as gerações futuras;	Maio/17	Maio/17	Equipes de fiscalização	Disseminação da educação ambiental, culminando com a entrega de relatório das atividades desenvolvidas	
3.4	Adoção das medidas cabíveis, ante a constatação de infração ambiental.	Maio/17	x	Equipes de fiscalização	Medidas coercitivas	
					Total	R\$ 23.333,94

Objetivo Específico 4 - Elaboração e apresentação dos relatórios pelas equipes, os quais demonstrarão a situação encontrada em cada alvo durante as fiscalizações;

Nº	Ações	Início	Término	Responsável (is)	Produto	Custo em R\$
4.1	Reuniões entre os integrantes de cada equipe.	Maio/17	Jul/17	Equipes de fiscalização	Relatório	
					Total	

Objetivo Específico 5 - Realizar audiência pública ao final da operação, com o intuito de informar à população local e aos gestores públicos acerca das irregularidades encontradas e adequações a serem observadas;

Nº	Ações	Início	Término	Responsável (is)	Produto	Custo em R\$
5.1	Escolha do local;	Mar/17	Mar/17	Grupo Operacional	Local para realização do evento	
5.2	Convite às autoridades;	Mar/17	Maio/17	Equipe do Projeto	Expedição de ofícios	
5.3	Divulgação à população e demais interessados;	Maio/17	Maio/17	Participantes da FPI São Francisco	Envolvimento da população	
5.4	Realização da Audiência Pública, com a apresentação pelos	Maio/17	Maio/17	Participantes da FPI São Francisco	Esclarecimentos e debates	

Coordenadores de cada equipe das ações realizadas durante o período de fiscalização.						
					Total	

Objetivo Específico 6 - Remessa dos relatórios das equipes para o Procurador-Geral de Justiça, a fim de que sejam encaminhados aos Promotores competentes para adoção das providências cabíveis;

Nº	Ações	Início	Término	Responsável (is)	Produto	Custo em RS
6.1	Análise dos relatórios;	Mai/17	Jul/17	Equipe do Projeto	Desdobramentos	
6.2	Encaminhamento dos relatórios para o Procurador-Geral de Justiça.	Jul/17	Jul/17	Promotores de Justiça que fazem parte da Equipe do Projeto	Posterior remessa aos Promotores competentes, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis	
					Total	

Objetivo Específico 7 - Apresentar relatório final das ações realizadas.

Nº	Ações	Início	Término	Responsável (is)	Produto	Custo em RS
7.1	Levantamento das ações, relatórios e desdobramentos	Mai/17	Jul/17	Equipe do Projeto	Dados da Operação	
7.2	Confecção do relatório final	Jun/17	Jul/17	Gerente do Projeto	Relatório final, contendo dados e fatos	
7.3	Remessa do relatório final ao Escritório de Projetos do MP/AL	Jul/17	Jul/17	Promotores de Justiça que compõem a Equipe de Trabalho	Demonstração das atividades desenvolvidas ao longo do projeto	
					Total	

Em 04/08/2017

Thaísa Ellaine de J. C. Lomenha
Gerente do Projeto

Manifestação do Responsável pelo Objetivo Estratégico

De acordo em ___ / ___ / ___

Encaminhe-se a presente Declaração de Escopo ao Escritório de Projetos.

Responsável pelo Objetivo Estratégico

FPI
SÃO
FRANCISCO

